

Maria Amanda Vitorino da Silva
Adlene Silva Arantes
-Autoras-

GUIA PRÁTICO PARA SELEÇÃO DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL INDÍGENA E INDIGENISTA

*produto educacional voltado para
educação antirracista*



Autoras
MARIA AMANDA VITORINO DA SILVA
ADLENE SILVA ARANTES

**GUIA PRÁTICO PARA SELEÇÃO DE
LITERATURA INFANTO-JUVENIL INDÍGENA E
INDIGENISTA**

PRODUTO EDUCACIONAL VOLTADO PARA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, sem autorização. A violação dos direitos autorais (lei No 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 40 do código penal.



Conselho Editorial

Augusto Cesar Barreto Neto - Universidade Federal de Pernambuco
Carlos André Silva de Moura - Universidade de Pernambuco
Drance Elias da Silva - Universidade Católica de Pernambuco
Edjaelson Pedro da Silva - Universidade Federal da Paraíba
Gerson Francisco de Arruda Júnior - Universidade Católica de Pernambuco
Giselda Brito Silva - Universidade Federal Rural de Pernambuco
José Roberto de Souza - Faculdade de Teologia Integrada
Leopoldo Oscar Briones Salazar - Pontificia Universidad Católica de Chile
Luis Antonio Ayala Silvera - Universidad Metropolitana de Assunción
Roberto Mauro Cortez Motta - Universidade Federal de Pernambuco
Stefano Alves dos Santos - Faculdade de Ciências Humanas ESUDA

Revisão de Língua Portuguesa e Normalização Textual:

Lucas Muniz Pinto de Oliveira

Tiragem:

70 exemplares

Capa:

João Cláudio Gomes da Silva

Diagramação:

Georghiton Luiz - Editora IGP

Coordenação Editorial:

Emmanuel Melo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586g Silva, Maria Amanda Vitorino da
Guia prático para seleção de literatura infanto-juvenil indígena e indigenista: produto educacional voltado para educação antirracista / Adlene Silva Arantes, Maria Amanda Vitorino da Silva. - Camaragibe, PE : Editora IGP, 2025.
54p. : il. color. ; 21cm.

ISBN 978-65-86822-81-6

1. Educação de base. 2. Educação-Inclusão 3. Prática pedagógica-Educação inclusiva. 4. Educação-Equidade racial. I. Título. II. Silva, Maria Amanda Vitorino da.

37.012 CDD (3. ed.) / 370.11 CDD (23. ed.)

GUIA PRÁTICO PARA SELEÇÃO DE LITERATURA INFANTO-JUVENIL INDÍGENA E INDIGENISTA

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Pernambuco Campus Mata-Norte, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Origem do produto: Dissertação de Mestrado intitulada Literatura infantil indígena e indigenista: O caso de um Centro Municipal de Educação Infantil na Cidade do Recife/PE.

Área de conhecimento: Educação.

Nível de Ensino: Educação infantil, Ensino fundamental.

Público a quem se destina o produto: Professoras e professores da Educação Básica.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se autoria do produto e a proibição do uso comercial.

Instituição: Universidade de Pernambuco.

Idioma: Português.

Cidade: Nazaré da Mata-PE

País: Brasil

Ano: 2024

Sobre as autoras

MESTRANDA:

MARIA AMANDA VITORINO DA SILVA é professora da Educação Infantil e Formadora da Escola De Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire. Secretária de Educação do Recife-PE e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação mestrado e Doutorado da Universidade de Pernambuco Campus Mata Norte. Nazaré da Mata - PE. Brasil.

E-mail: amandapedrovitorino@gmail.com

ORIENTADORA:

ADLENE SILVA ARANTES é professora Doutora e docente do Programa de Pós Graduação em Educação Mestrado e Doutorado Universidade de Pernambuco Campus Mata-norte Nazaré da Mata-PE, Brasil.

E-mail: adlene.arantes@upe.br

SUMÁRIO

1 Compreendendo as Sociodiversidades Indígenas.....	13
2 Critérios para Seleção de Literaturas Indígena e Indigenista	16
3 Cuidados na Abordagem da Temática Indígena	21
4 Sugestões Práticas para o Uso das Literaturas Indígena e Indigenista	25
5 Considerações Finais	43
REFERÊNCIAS	

Apresentação

A obrigatoriedade do ensino sobre a temática da história e das culturas indígenas nas escolas é fruto de séculos de resistência dos povos originários à colonização. Esses povos enfrentaram processos sistemáticos de invisibilização, com imagens distorcidas servindo ao projeto colonial e buscando apagá-los da História. Contudo, é muito importante reconhecer que os povos indígenas sempre resistiram e utilizaram os mecanismos coloniais mobilizados contra a opressão. Desde as invasões dos europeus, os indígenas não foram passivos diante da colonização. Os protagonismos nativos diante dos processos violentos vivenciados ao longo da história precisam ser valorizados e resgatados.

A partir do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais, a crescente reação às violações de direitos humanos no período pós-guerra, ocorreram as promulgações da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconheceram direitos dos povos indígenas. No entanto, ainda sob uma ótica assimilacionistas, segundo Fanelli (2018), refletindo a ideia de homogeneidade sociocultural, esses marcos, embora limitados, representam passos importantes na garantia de direitos.

Na década de 1970, observou-se o fortalecimento dos movimentos indígenas nas Américas, mesmo em contextos de ditaduras na América Latina. Simpósios, conferências e seminários desempenharam um papel importante ao exigir do Estado o reconhecimento e a responsabilização pelas várias violências impostas aos povos indígenas. Apenas em 1988, após intensos debates e pressões do movimento

indígena e da sociedade organizada, o Estado brasileiro, com a Constituição Federal em 1988, reconheceu os direitos indígenas e a natureza pluriétnica do país, rompendo com o paradigma legal assimilacionista que prevaleceu por tanto tempo.

Esse reconhecimento foi também consolidado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, estruturando o sistema educacional brasileiro, assegurando uma educação de qualidade e integral, respeitando a diversidade sociocultural do país. Posteriormente, a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2010) incluíram a discussão da diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

Entre as conquistas, destaca-se a promulgação da Lei nº 10.639/2003, tornando obrigatória a inclusão da história e das culturas afro-brasileiras nos currículos escolares da Educação Básica, modificando a LDB, Lei nº 9.394 de 1996. Cinco anos depois, em 2008, a Lei nº 11.645 incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e culturas indígenas. Em 2015, foi publicado o Parecer CNE/CEB nº 14/2015, com orientações para a implementação das diretrizes da Lei nº 11.645/08, mas, infelizmente, ainda é um documento pouco conhecido e explorado por profissionais da educação.

Nesse contexto, foi desenvolvido o “Guia Prático para a Seleção de Literatura Infantojuvenil Indígena e Indigenista”, resultado da pesquisa de mestrado da autora. O guia tem como objetivo apresentar critérios alinhados à legislação vigente para a escolha adequada de livros infantis com personagens indígenas, além de sugerir obras voltadas ao público infantojuvenil. Este projeto foi financiado pelo Edital de Apoio à Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UPE (APG 2022).

1 Compreendendo as Sociodiversidades Indígenas

É fundamental reconhecer que o Brasil é um país pluriétnico, conforme estabelecido no Artigo 215 da Constituição Federal de 1988, implicando a aceitação que o país socioculturalmente não é um bloco homogêneo. A sociodiversidade, portanto, não deve ser vista como algo diluído em uma identidade nacional unificada, mas como o resultado de diversos processos históricos e violências sistemáticas às quais diferentes populações foram submetidas.

É necessário problematizar as ideias e afirmações de identidades generalizantes, como a mestiçagem no Brasil, que negam, desprezam e suprimem as sociodiversidades existentes no país. Afirmar os direitos à diferença é questionar o discurso da mestiçagem como identidade nacional, usado para ocultar a história dos povos indígenas e negros na História do Brasil. O conhecimento das sociodiversidades indígenas, portanto, constitui um grande desafio para o ensino da temática indígena (Silva, 2018, p. 30).

Nesse sentido, compreender a complexidade das diversas etnias é crucial para desconstruir as diversas narrativas históricas que ainda invisibilizam as participações e resistências dos povos originários na história, constituídos pelas riquezas das sociodiversidades. Desta forma, é importante lembrar que a existência dos povos indígenas precede a invasão colonial, mesmo diante da insistência das narrativas hegemônicas em apresentá-los a partir dos colonizadores. Os indígenas, continuam até a atualidade, resistindo aos processos violentos a que foram submetidos.

Conhecer as dinâmicas dessas populações e como cada povo indígena respondeu às invasões coloniais possibilita uma visão mais próxima e justa sobre o papel dos indígenas na história. O Censo IBGE (2022) revelou que a população indígena no Brasil é de aproximadamente 1,7 milhão de indivíduos, distribuídas entre 305 povos em diferentes regiões e biomas, falantes de diversas línguas, muitas das quais têm origens nos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, entre outros. Como exemplo, o tronco Tupi engloba a família Mondé, com línguas como Aruá, Cintalarga, Gavião (Ikôro), Mondé, Suruí (Paitér) e Zoró. Essa diversidade linguística refuta a ideia simplista que todos os povos indígenas no Brasil falam apenas o Tupi-Guarani (Rodrigues, 1986).

Ao tratarmos da questão indígena na formação dos nossos professores temos possibilidade desconstruir a memória coletiva cuja atualização feita constantemente através da qual os não indígenas aprendem muito cedo a definir que é um índio e dessa forma qualificá-lo com os mais variados adjetivos, geralmente negativos (Jesus, 2020, p. 43).

Essa visão distorcida ainda persiste em muitos materiais didáticos e literaturas escolares, que frequentemente ignoram os protagonismos contemporâneos dos povos indígenas. É urgente que os/as professores/as compreendam a necessidade de estudar e ensinar a história e as culturas dos indígenas, ainda que essa formação tenha sido negligenciada durante a sua graduação ou pós-graduação. Como profissionais da educação, devemos gerenciar nossa formação continuada. Embora essa tarefa não seja fácil, é transformadora e fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva.

Por fim, é essencial entendermos que os povos indígenas têm direitos originários sobre as terras que habitam, e a demarcação desses territórios é o reconhecimento desses direitos. São mais de 500 anos de sistemáticas violações de direitos. Dessa forma, a educação é uma ferramenta poderosa para revelar o que a história que têm sido contada tentou silenciar, e, por meio dela, nós professoras/es podemos contribuir através do estudo relacionado à temática da história e culturas indígenas para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 Critérios para Seleção de Literaturas Indígena e Indigenista

Diante das demandas apresentadas com a Lei nº 11.645/2008, nos inquietamos sobre como discutir a temática história e culturas indígena em sala de aula, especificamente considerando a lacuna na formação de professores/as sobre essa temática.

E com a ausência de letramento literário e étnico-racial, tornando a nossa prática pedagógica uma reprodução de estereótipos há séculos perpetuadas com muito sucesso nos espaços escolares. Desse modo, precisamos abandonar o pacto referencial (Bernd, 2003) unicamente com a Europa, incluindo os referenciais indígenas e africanos em nossas práticas docentes. Por essa razão a seleção de literaturas infanto-juvenil indígena e indigenista alinhadas à legislação é um importante subsídio didático para suprir outras referências, com possibilidades de uma prática docente intercultural, através da qual concebe a diversidade dos diversos povos constituindo o país, sem hierarquizá-las, como o folclore tem servido a esses fins, com as premissas de valorização reduzindo os conhecimentos oriundos dos povos originários e africanos, das “lendas” e dos conhecimentos como “crendices”.

A interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e buscam desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar com as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que ao pensar, ser,

estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras (Walsh.2009, p.25)

É baseado nesta legitimidade constituída a partir dos marcos legais, que se faz necessário compreender que por meio da literatura indígena e indigenista, e sua importância no contexto escolar, poderemos ter uma prática intercultural crítica, mas para isso precisamos compreender as concepções destas literaturas conforme a a autora Janice Thiél nos apresenta:

A obra indigenista é produzida a partir de uma perspectiva ocidental e escrita ou traduzida pelo não indígena. Para seu autor, o mundo indígena é o tema e o índio é informante, mas não agente da narrativa. A produção indigenista visa a informar não indígenas sobre um homem e um universo que lhes são alheios. A produção indígena é aquela realizada pelos próprios indígenas, conforme os meios e códigos que lhes são peculiares” (Thiél, 2012, p. 45-46).

Embora o termo “índio” tenha sido substituído por “indígena” no discurso acadêmico e político, é importante compreender o conceito apresentado por Thiél e a distinção entre essas narrativas. Ao longo da história, as vozes dominantes foram a dos não- indígenas, sendo estes supostos intermediários, usurparam por muito tempo o título de literatura indígena. Por esta razão compreendermos o que é literatura indígena e indigenista nos deixará cientes de quem são os protagonistas nesta escrita, devendo ser criteriosos na seleção de literaturas infanto-juvenil indigenista, pois muitas delas ainda perpetuam estereótipos sobre os modos de vida desses povos.

Contudo, há diversas literaturas infantis indigenista dialogando de maneira respeitosa com o universo indígena, escritas por autores/as comprometidos/as e parceiros nas mobilizações indígenas por direitos. A utilização de critérios rigorosos na seleção dessas literaturas é necessária. Mesmo quando escolhermos a literatura indígena como preferência, por prestigiar aqueles que durante séculos não tiveram o direito de serem protagonistas nas narrativas, os critérios seguirão o mesmo rigor; isso ocorrendo porque o mercado editorial ainda é regido por uma métrica colonial (eurocêntrica), impondo narrativas com ideias equivocadas sobre os povos indígenas, por acreditar que serão mais aceitas.

A seguir, apresentamos alguns dos critérios resultados das reflexões de professoras/es na Educação Infantil através do Círculo de Leitura e Letramento Literário de Rildo Cosson (2021) com um “caráter formativo e colaborativo” (Cosson, 2021) e a partir dos conhecimentos da Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE/CEB nº 14/2015, para a organização e sistematização baseada nos seguintes critérios:

a) **protagonismo indígena:** o/os personagens indígenas precisam ser protagonistas da/das narrativas, em primeira pessoa ou no plural representando o povo indígena, agindo e interagindo de maneira ativa a partir da cosmopercepção, sem a mediação do não indígena, mas havendo diálogo com este;

b) **nome e etnônimo:** as narrativas devem nomear os personagens indígenas corretamente, evitando o uso de termos genéricos como “Curumim” para se referir as crianças indígenas, uma vez que cada povo tem a própria

forma de nomear as crianças. O etnônimo é essencial para situar o personagem no contexto étnico e geográfico, valorizando a identidade;

c) **localização geográfica:** a representação dos territórios indígenas é essencial para romper estereótipos limitando a existência indígena nas regiões amazônicas e com florestas. Considerando que muitos povos indígenas vivem em contextos urbanos e em diferentes biomas, como o Cerrado e a Caatinga; contribuindo para uma visão mais ampla sobre as sociodiversidades das populações indígenas no Brasil;

d) **narrativas contemporâneas:** é importante que as literaturas infantis abordem os povos indígenas no presente, refletindo as mobilizações e conquistas atuais. O passado é importante para compreender a trajetória dos povos, mas as narrativas contemporâneas ajudam a compreender a presença indígena em nossa sociedade no presente, rompendo com imagens romantizadas ou associadas ao passado;

e) **diversidade de papéis:** as narrativas devem apresentar os indígenas em uma variedade de papéis e profissões. Construindo uma nova visão limitada que os indígenas estão sempre associados a atividades como caça e pesca. Na atualidade existem indígenas médicos/as, advogados/as, professores/as, artistas, entre outras ocupações, e essas representações são fundamentais para enriquecer o imaginário coletivo;

f) **respeito na ilustração:** as imagens devem buscar retratar as sociodiversidades o mais próximo das situações vencidas, pois mesmo com licença poética o/a autor/a desejando retratar ou ambientar a narrativa precisa

dialogar com o contexto texto contemporâneo dos povos indígenas, evitando ilustrações apresentando os indígenas seminus e com as afeições quase animais ou caricatas. Sendo importante que o/a ilustrador/a tenha o mínimo de conhecimento sobre os aspectos estéticos do povo desejando apresentar, assim como o bioma onde vive para evitar incongruências.

Esses critérios são resultados de estudo e práticas de professores/as na Educação Infantil de um centro municipal de Educação Infantil no Recife, mas não tem o objetivo de limitar ou reduzir os critérios, podendo cada professor/a através das pesquisas e prática docente pensar outros critérios importantes na legislação, que podem ser acrescentados a esses.

3 Cuidados na Abordagem da Temática Indígena

Alguns cuidados ao abordar a temática indígena também devem ser aplicados às questões afro-brasileiras e africanas. Quando prestamos a devida atenção a essas temáticas, o resultado é um trabalho bem estruturado e respeitoso, baseado nos marcos legais. Esse cuidado implica um deslocamento do pensamento para além do eixo europeu, no qual a maioria das formações educacionais no Brasil foi alicerçada, tornando-se necessário apresentar as filosofias indígenas e africanas como parte de um diálogo intercultural essencial para a construção de uma educação inclusiva e plural.

Ao nos deslocarmos desse marco de legitimidade para uma abordagem intercultural, promovemos uma educação que valoriza os diversos povos envolvidos no processo histórico, rompendo com a lógica da superioridade atribuída às produções socioculturais europeias. O Parecer CNE/CEB nº 14/2015 destaca a importância de reconhecer a riqueza das diversas expressões socioculturais que compõem o Brasil, pois, além de valorizar essas expressões, também amplia o horizonte de compreensão de professores/as e alunos/as sobre o mundo, incentivando um aprendizado que reconheça a diversidade de conhecimentos.

Essa mudança de perspectiva também contribui para combater estereótipos e narrativas que, historicamente, marginalizaram os conhecimentos indígenas e africanos. O contato com produções intelectuais e socioculturais desses povos, especialmente em sala de aula, oferece aos/às estudantes a oportunidade de questionar e desconstruir a ideia de que o conhecimento válido e universal é aquele produzido pelos europeus ou por seus descendentes.

A Lei tem favorecido a compreensão de que é preciso construir representações sociais positivas que valorizem as diferentes origens culturais da população brasileira como um valor e, ao mesmo tempo, crie um ambiente escolar que permita a manifestação criativa e transformadora da diversidade como forma de superar situações de preconceito e discriminações étnico-raciais (Brasil, 2015).

Além disso, ao incluir filosofias indígenas e africanas nas práticas pedagógicas, criamos um espaço para que crianças e jovens de diferentes origens vejam suas identidades representadas e valorizadas. Isso contribuirá para o fortalecimento da autoestima desses/as alunos/as, promovendo uma educação democrática. Também é fundamental que os/as professores/as participem de uma formação continuada, possibilitando compreender e aplicar os princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) de forma eficaz. Como ressaltado no Parecer CNE/CEB nº 14/2015, “a formação continuada dos educadores é um dos pilares para a implementação de uma educação intercultural que respeite e valorize as múltiplas identidades” (Brasil, 2015).

Por fim, discutir a temática indígena e afro-brasileira de forma integrada e atenta às especificidades de cada povo possibilita aos/às estudantes uma visão crítica sobre as relações de poder que moldaram a história do Brasil. Ao entenderem que as expressões socioculturais, a história e as filosofias desses povos são tão valiosas quanto as tradições europeias, os/as estudantes tornam-se capazes de serem agentes de mudança.

Nessa perspectiva curricular, é essencial que as práticas do professor estejam comprometidas com as necessidades e os interesses da criança, para que a vivência se transforme em uma experiência e tenha um propósito educativo, estimulando o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional da criança. Os princípios éticos, políticos e estéticos reúnem uma série de aspectos possibilitando à criança se constituir enquanto um sujeito consciente, crítico, detentor de uma percepção ampla da diversidade sociocultural e artística, capaz de interagir com o mundo por meio da ludicidade e da criatividade, de maneira solidária, respeitosa e atenta à coletividade (Silva; Costa, 2021, p. 36).

Por isso, é importante observar e evitar armadilhas perigosas ao tratar da EREER, sobretudo na temática indígena. De acordo com o estudo realizado pela professora Rita Gomes do Nascimento para o Parecer CNE/CEB nº 14/2015, ocorrem alguns problemas no tratamento da temática da história e culturas indígenas pelos/as professores/as. Abaixo, apresentamos alguns problemas que requerem atenção:

a) **evite estereótipos:** para evitar essa armadilha, estude um povo a partir dos subsídios produzidos pelos próprios indígenas;

b) **evite generalizações:** ao afirmar que discutiu os povos indígenas, tenha em mente a existência de 305 povos indígenas no Brasil (Censo IBGE/2022). É humanamente impossível estudar todos esses povos, portanto, generalizações devem ser evitadas. Recomendamos seguir a recomendação do item anterior;

c) **evite pensar nos povos indígenas apenas no passado:** esse modo ultrapassado de se discutir a temática, nega a existência dessas populações no presente, ignorando

suas mobilizações por direitos na contemporaneidade e produzindo discursos de negação dos povos indígenas na atualidade;

d) **evite discutir a temática da história e culturas indígenas a partir das ausências:** ao estudar as sociodiversidades indígenas com os/as estudantes, é necessário compreendê-las a partir de suas pluralidades, utilizando como marco a expressão sociocultural que está sendo estudada, evitando comparações hierarquizantes.

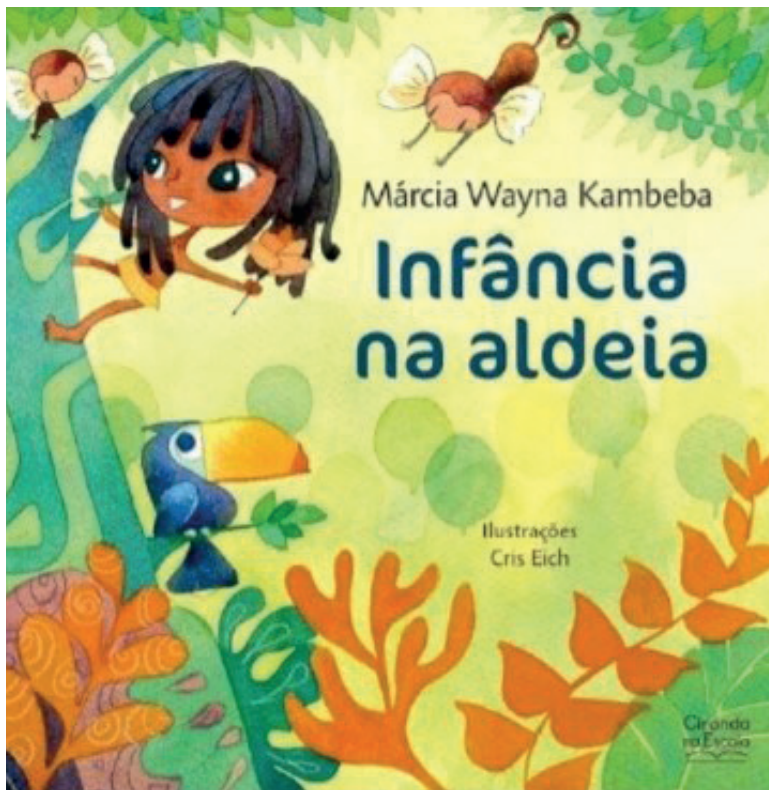
4 Sugestões Práticas para o Uso das Literaturas Indígena e Indigenista

Serão indicados livros indígenas e indigenistas avaliados com base nos critérios discutidos neste guia. Sendo fundamental destacar que algumas dessas literaturas ainda utilizam termos e expressões em desuso, como “índio” e “tribo”, para serem substituídos por “indígena” e “povo”, respectivamente. Essa atualização na linguagem é essencial para respeitar a identidade e a diversidade dos povos indígenas, evitando estereótipos e simplificações, perpetuando visões coloniais. A escolha cuidadosa das palavras contribui para a construção de uma narrativa justa e condizente com as mobilizações históricas por direitos dos povos originários.

Ao selecionarmos os livros, é importante que os/as educadores/as estejam atentos ao contexto histórico e sociocultural em que os textos foram produzidos, pois muitas vezes refletem uma visão eurocêntrica, tratando os povos indígenas de forma homogênea, descontextualizada e congelada. Nesse sentido, a escolha dos livros deve sempre observar os protagonismos dos indígenas nas narrativas, garantindo que relatem a história a partir dos próprios olhares.

Segue abaixo uma lista de literaturas infanto-juvenil indígena e indigenista em conformidade com critérios apresentados neste Guia, com uma pequena sinopse e indicação para possíveis discussões a partir da leitura:

Figura 1 – Infância na aldeia

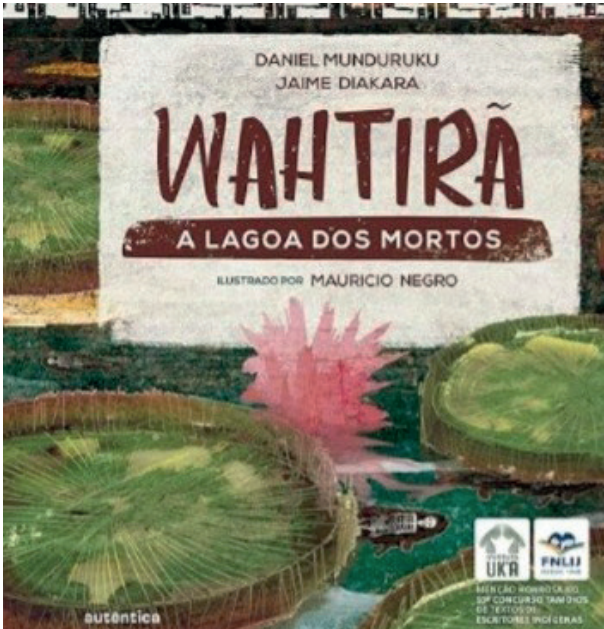


Fonte: Kambeba (2023)

Sinopse: O livro da escritora Márcia Wayna Kambeba é uma leitura sobre a importância do respeito à natureza e da manutenção das tradições.

Ideias para prática: A partir deste livro, o/a professor/a pode apresentar as tradições do povo Kambeba e identificar semelhanças e diferenças com as vidas dos/as estudantes. Também pode abordar o meio ambiente e a responsabilidade que temos na preservação.

Figura 2 - Wahtirã



Fonte: Mururuku e Daiakara (2016)

Sinopse: Os/as autores/as Jaime Diakara e Daniel Munduruku apresentam, neste livro, parte da cosmologia do povo Dessana, com uma narrativa envolvente e ilustrações de Maurício Negro que dialogam conosco para além do texto.

Ideias para prática: Apresente para as crianças a tradição de contar histórias do povo Dessana. Convide-as a compartilhar as narrativas de suas famílias. Outra opção é imprimir as imagens e pedir que os/as estudantes recontem a história, colocando-a em uma sequência lógica enquanto recontam.

Figura 3 – Çaiçú'Indé

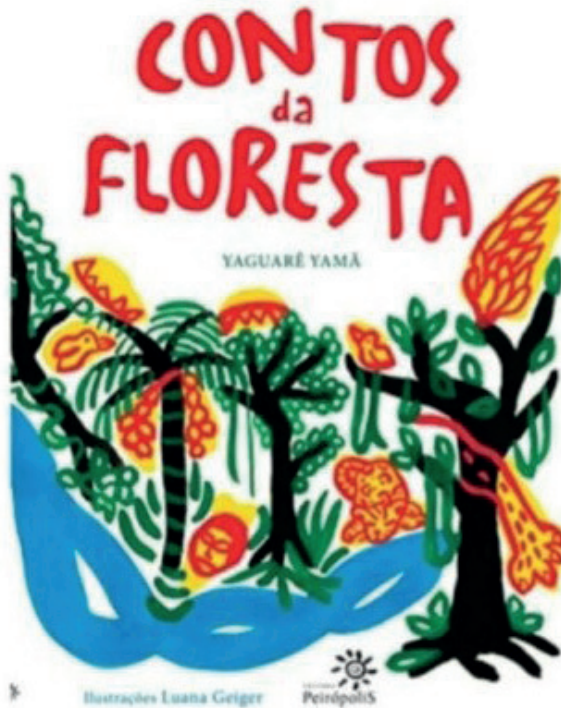


Fonte: Guará (2011)

Sinopse: O autor Roni Wasary Guará traz as narrativas orientadoras do povo Maraguá a partir de relatos memorialísticos.

Ideias para prática: É importante apresentar imagens do povo Maraguá em diversas situações do cotidiano e sempre perguntar aos/as estudantes se conhecem relatos parecidos, adicionando canções e outros aspectos das expressões socioculturais, como artes gráficas relevantes para a história.

Figura 4 – Contos da Floresta

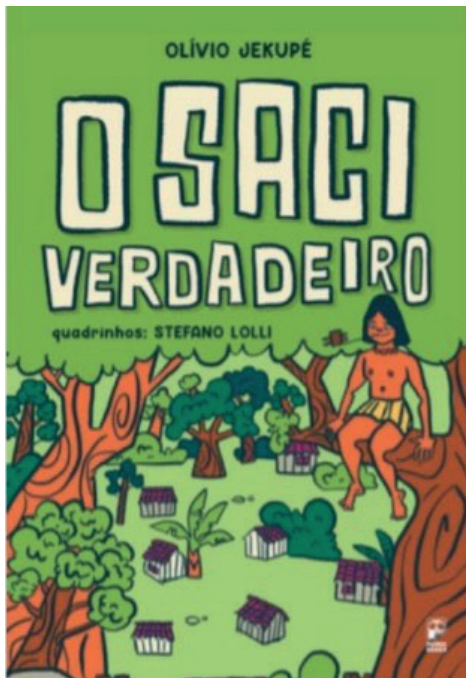


Fonte: Yamã (2012)

Sinopse: O autor Yaguarê Yamã, do povo Maraguá, apresenta vários contos de “assombrações” do seu povo neste livro.

Ideias para prática: A maioria das crianças gosta de relatos com uma boa dose de medo. Com uma mediação sensível ao público infantil, o/a professor/a poderá utilizar o teatro, com os/as adultos/as realizando os papéis principais das narrativas, enquanto os/as estudantes podem participar como outros personagens.

Figura 5 – O Saci Verdadeiro

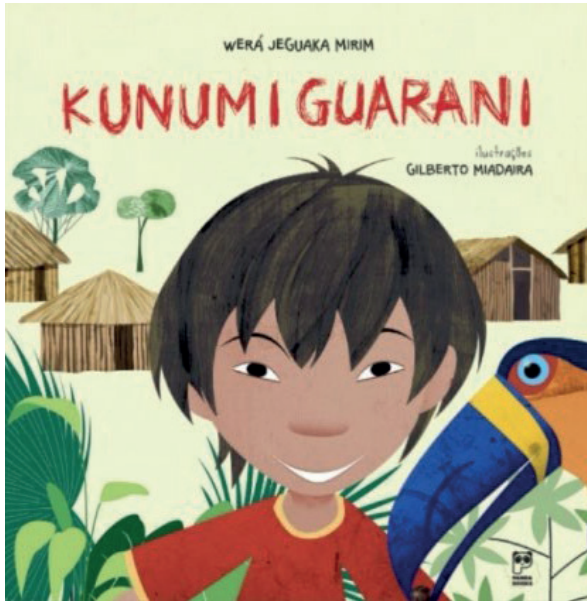


Fonte: Jekupé (2021)

Sinopse: O autor Olívio Jekupé apresenta a narrativa preferida da infância e relata como teve contato, na escola não indígena, com uma história semelhante à de seu povo.

Ideias para prática: Sugestão para o/a professor/a: pesquise as diversas formas como o Saci é representado nas expressões socioculturais indígenas e afro-brasileiras e apresente-as utilizando imagens. Evidencie as características dessas variações de maneira positiva, lembrando de apresentar os contextos socioculturais dessas narrativas diversas.

Figura 6 – Kunumi Guarani

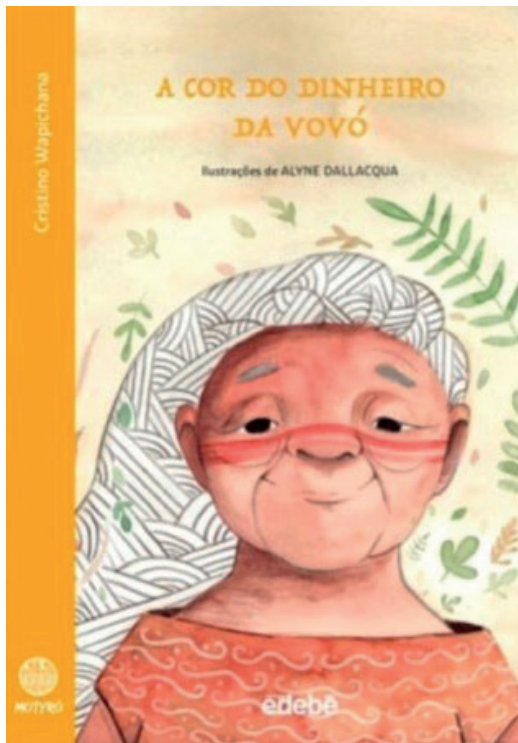


Fonte: Mirim (2014)

Sinopse: o autor Werá Jeguaká Mirim ainda criança escreveu este livro e relatou um pouco da sua rotina, e o/a leitor/a será surpreendido/a pela semelhança da rotina do indígena, com a de outras crianças da mesma idade. Um convite para se libertar de estereótipos associados aos povos vivendo em aldeias/territórios indígenas.

Ideias para prática: o livro apresenta algumas possibilidades para pensar os povos Guaranis na contemporaneidade. O/a professor/a poderá fazer uma viagem para aldeia/território do autor do livro, através do *google earth*, para observar e conversar sobre os Guaranis Mbya, e criar uma lista de semelhanças e diferenças entre a vida das crianças do Kunumin Guarani.

Figura 7 – A cor do dinheiro da vovó



Fonte: Wapichana (2019)

Sinopse: o autor Cristino Wapichana relata sobre quando seu povo entrou em contato com os não indígenas e apresentou um relato da avó, com dinheiro nesta nova dinâmica de contato e mudanças.

Ideias para prática: o/a professor/a poderá discutir noções básicas de educação financeira com os/as estudantes a partir dos princípios das expressões socioculturais Wapichana, além da importância da família e os mais velhos.

Figura 8 – O Tupi que você fala



Fonte: Fragata (2015)

Sinopse: o autor Cláudio Fragata apresentou palavras do Português do tronco linguístico Tupi, de forma lúdica com ilustrações cheias de criatividade.

Ideias para prática: o/a professor/a pode criar um minidicionário com os/as estudantes e pedir para ilustrarem as palavras. E apresentando que no Brasil além do Português são faladas diversas línguas indígenas, pesquisando uma expressão para ensinar crianças no dia a dia.

Figura 9 – Yahi Puíro Ki'ti

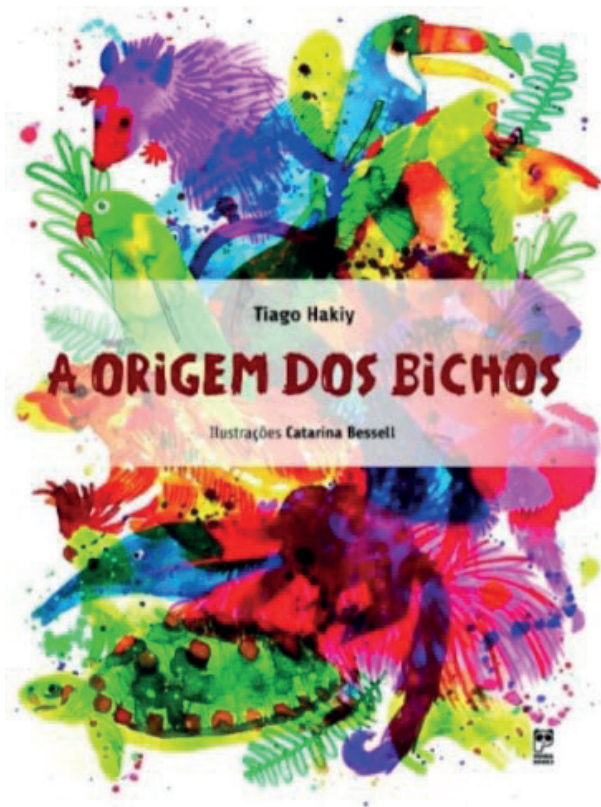


Fonte: Diakara (2011)

Sinopse: o autor Jaime Diakara apresentou a explicação dos Dessanas para a presença no universo.

Ideias para prática: o/a professor/a poderá construir a própria ilustração para realizar a contação desta história, possibilitando as crianças posteriormente ilustrarem de acordo com a imaginação, ao som de música tradicional dos Desana.

Figura 10 – A Origem dos Bichos



Fonte: Haiky (2020)

Sinopse: o livro apresenta o mito Sateré-Mawé sobre as origens dos bichos com uma narrativa envolvente.

Ideias para prática: o/a professor/a poderá discutir através da onomatopeia o surgimento de cada animal na , narrativa, podendo fazer um bingo sonoro onde apresente os sonhos dos bichos enquanto as crianças procuram as imagens dos animais, podendo utilizar imagens do povo Sateré-mawé na atualidade.

Figura 11 – Hary e Karimã

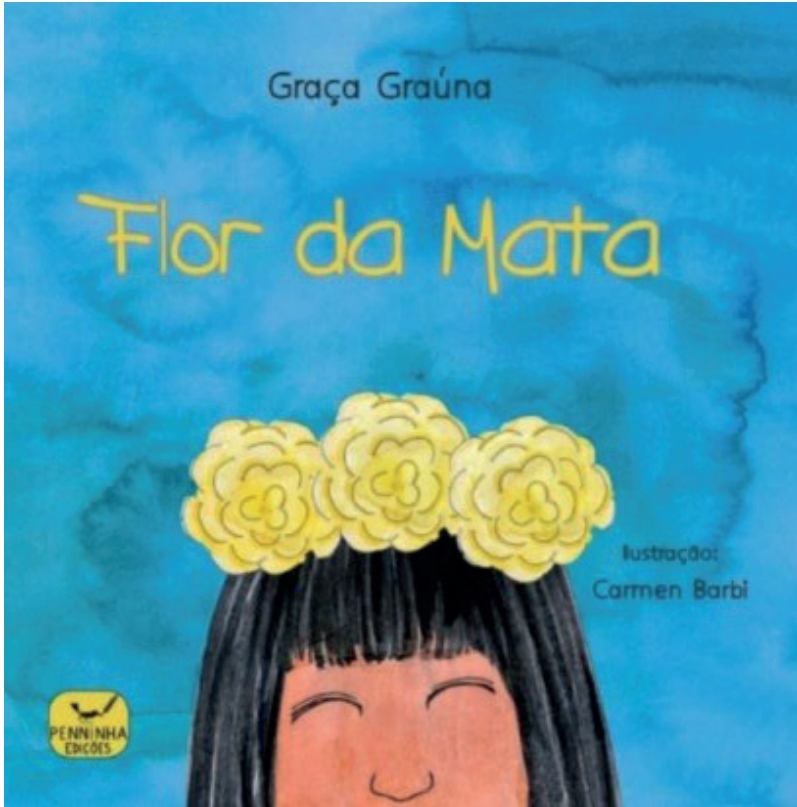


Fonte: Yamã (2023)

Sinopse: Essa linda narrativa apresentada pelo autor Yaguare Yamã mostra a importância das pessoas mais velhas na dinâmica social.

Ideias para prática: uma oportunidade para os/as professores/as apresentarem trazer a importância dos/as mais velhos nas dinâmicas sociais do povo Sateré-Mawé e fazer um paralelo com a situação vivenciada pelos/as estudantes ou da comunidade onde a unidade educacional está inserida.

Figura 12 – Flor da Mata



Fonte: Graúna (2014)

Sinopse: a autora Graça Graúna apresentou uma narrativa bastante poética.

Ideias para prática: o livro é uma leitura deleite onde os aspectos explorados pode ser a poesia, as origens da autora e sua biografia.

Figura 13 – Guaynê derrota a cobra grande

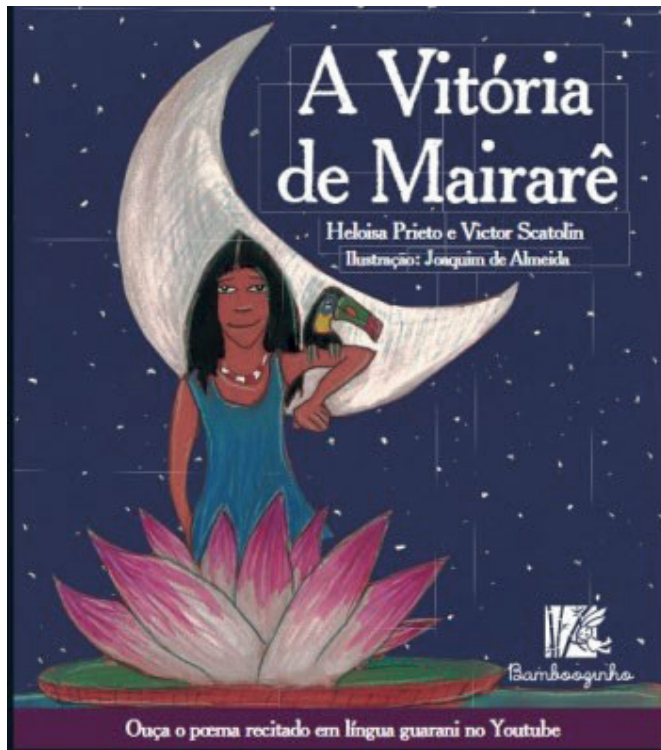


Fonte: Hakiy (2022)

Sinopse: um livro com muitas aventuras, onde héroi Guaynê entrou em confronto com a cobra grande. Com ilustrações maravilhosas de Maurício Negro.

Ideias para prática: esse livro é uma narrativa envolvente para o/a professor/a discutir com o teatro, utilizando personagens do relato. E sempre com ênfase no povo do autor e que pertence o mito.

Figura 14 – A Vitória de Mairarê



Fonte: Prieto e Scatolin (2020)

Sinopse: a autora Heloísa Pietro apresentou uma linda história inspirada nos Guaranis, a partir da protagonista Mairarê. O relato varia da prosa para poesia. Escrita em parceria com o Olívio Jekupé e a família.

Ideias para prática: a narrativa é uma apresentação encantadora da experiência de Mairarê uma menina indígena, podendo o/a professor/a evidenciar o protagonismo feminino através da protagonista, e comparar as vivências os/as estudantes, além da oportunidade das crianças aprenderem uma poesia em Português e Guarani.

Figura 15 – A Floresta Canta

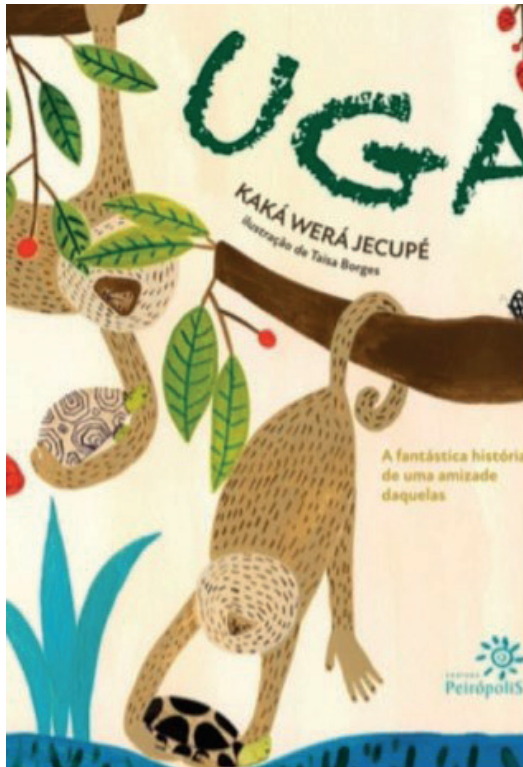


Fonte: Pucci e Almeida (2014)

Sinopse: as autoras fizeram uma expedição sonora por vários lugares do Brasil e registram no diário as músicas, os instrumentos, os rituais e os significados da música para oito povos indígenas no Brasil. Viajaram para o Rio Negro, Xingu e Guaporé; para o litoral paulista e para o Sul do país visitando os povos Yudjá, Xavante, Paiter Suruí, Ikolen-Gavião, Kambeba, Mbyá-Guarani e Kaingang.

Ideias para prática: o livro diário de expedição das autoras contém uma diversidade de informações valiosas, além da música como principal linguagem artística, sobre alguns povos indígenas no Brasil, servindo para a/o professora/a enriquecer as discussões sobre a temática indígena.

Figura 16 – Uga



Fonte: Jecupé (2023)

Sinopse: Uga e Jabu, velhos amigos, caminham pela floresta em busca de deliciosas jabuticabas. O trajeto é longo, quelônios que são, andam muito devagar. Será que vão conseguir chegar? Passo a passo, refletindo sobre a vida e a amizade, enfrentam desafios e descobrem o valor da solidariedade.

Ideias para prática: a narrativa pode ser explorada através da amizade incomum deste amigos, explorando o habitat e conhecimento para preservação destes animais.

Figura 17 – Meu Povo Conta



Fonte: Professores e professoras indígenas em Pernambuco (2006)

Sinopse: são algumas narrativas dos povos indígenas em Pernambuco, produzidas por indígenas professores/as, a partir do Projeto Escola de Índio e em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire.

Ideias para prática: O livro possibilita acessar as narrativas de alguns povos indígenas em Pernambuco e dessa forma conhecer parte das expressões socioculturais. Recomenda-se escolher um povo indígena para discutir ao longo do ano as leituras das narrativas.

5 Considerações Finais

Ao concluir este guia de seleção de literatura infantil indígena e indigenista, reforçamos a importância de uma educação que valorize a pluralidade sociocultural e histórica de nosso país. A Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE/CEB nº 14/2015 convidam a repensar as práticas pedagógicas, através da literatura infanto-juvenil indígena e indigenista, cuidadosamente selecionada, como uma poderosa ferramenta para aproximar estudantes das sociodiversidades indígenas, desconstruindo estereótipos e promovendo o reconhecimento dos protagonismos indígenas, integrando a história e culturas dos povos indígenas de maneira crítica.

Convidamos professores/as na Educação Básica a não apenas usufruírem das obras indicadas neste guia, mas também a participarem em uma pesquisa contínua sobre novas formas de implementar a legislação nas práticas pedagógicas tornando-as antirracistas. A literatura é um ponto de partida riquíssimo para iniciar diálogos sobre diversidade, ancestralidade e as mobilizações contemporâneas por direitos dos povos indígenas. Explore as múltiplas possibilidades que essas narrativas trazem para os/as estudantes conhecerem a riqueza sociocultural que compõe o Brasil.

Que esse guia seja uma porta de entrada para uma educação antirracista alinhada a legislação, inspirando mudanças transformadoras em nossa forma de enxergar o mundo e a sala de aula, incorporando as potências das abordagens sobre a temática indígena.

Boa leitura e boas descobertas.

REFERÊNCIAS

- COSSON, Rildo. **Círculos de Leitura e letramento Literário**. São Paulo: Contexto, 2021.
- DIAKARA, Jaime. **Yahi Puíro Ki'ti**: A origem da Constelação da Garça. Manaus: Editora Valer, 2011.
- FANELLI, G.C.R. **A Lei nº 11.645/2008: História, movimentos sociais e mudanças curriculares**. Dissertação (Mestrado em Educação: História, política e sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2018.
- FRAGATA, Marcelo. **O Tupi que você fala**. São Paulo: Editora Globinho, 2015.
- GRAÚNA, Graça. **A flor da mata**. São Paulo: Penninha Edições, 2014.
- GUARÁ, Roni Wasary. **Çaiçú Indé**: O primeiro grande amor do mundo. Manaus: Editora Valer, 2011.
- HAKIY, Tiago. **A origem dos bichos**. São Paulo: Panda Books, 2020.
- HAKIY, Tiago. **Guaynê derrota a cobra grande**: Uma história indígena. São Paulo: Yellowfante, 2022.
- JEKUPÉ, Olívio. **O saci verdadeiro**. São Paulo: Panda Books, 2021.

JESUS, Zeneide Rios. **As Universidades e ensino da temática indígena.** In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (orgs.). *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei nº 11.645/2008.* ed. Recife: Edufpe, 2020, p.43.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Infância da Aldeia.** São Paulo: Ciranda na Escola, 2023.

MEU POVO CONTA. 2. ed. Belo Horizonte: Centro de Cultura Luiz Freire; Projeto Educação e Etnia, 2006. Parceria: APOIME; COPIPE; SECAD; UFMG.

MIRIM, Wera Jeguaka. **Kunumi Guarani.** São Paulo: Panda Books, 2014.

MUDURUKU, Daniel; DAIAKARA, Jaime. **Wahtirã: A lagoa dos mortos.** Belo Horizonte: Autêntica Infantil e Juvenil, 2016.

PIETRO, Heloisa; SCATOLIN, Victor. **A vitória de Mairarê.** São Paulo: Bonbini Books, 2020.

PUCCI, Magda; ALMEIDA, Berenice de. **A floresta canta: Uma expedição sonora por terras indígenas do Brasil.** 1. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2014.

SILVA, E. **Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da lei 11.645/2008.** Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 15, n. 35, p. 21–37, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7485>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, Maria Amanda Vitorino da. ; COSTA, Diorge. **Educação Infantil e a temática indígena: reflexões e práticas em um centro municipal de Educação Infantil no Recife/PE.** In: SILVA, Edson; SILVA, Maria.

SILVA, Edson; SILVA Maria da P. da. (orgs.). **Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico- raciais.** Maceió: Olyver, 2021

THIÉL, J. **Pele silenciosa, pele sonora:** a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in- surgir, re-existir e re- viver. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2009, p. 12-42.

WAPICHANA, Cristino. **A cor do dinheiro da Vovó.** Brasília/DF: Editora Edebê, 2019.

WERÁ JECUPÉ, Kara. **Uga: A fantástica história de uma amizade daquelas.** Ilustrações de Taísa Borges. São Paulo: Editora Pierópolis, 2023.

YAMÃ, Yaguarê. **Contos da Floresta.** São Paulo: Peirópolis, 2012.

YAMÃ, Yaguarê. Hary e Karimã: **Os bons velhinhos da floresta.** São Paulo: Editora do Brasil, 2023.

Esta obra foi composta utilizando a fonte Calisto MT e impresso
no Parque gráfico da Editora IGP – Miolo 48 páginas



www.editoraigp.com.br

Ao longo da história, os povos indígenas enfrentaram processos contínuos de invisibilização e distorção de suas identidades, mas resistiram corajosamente, reafirmando sua presença e protagonismo. Este guia prático surge como um importante subsídio didático para educadores comprometidos com uma abordagem respeitosa e criteriosa da temática indígena na sala de aula. Fundamentado em marcos legais como a Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE/CEB nº 14/2015, esse guia oferece critérios precisos para a seleção de literaturas infantis indígenas e indigenistas, promovendo uma prática pedagógica antirracista e intercultural. Resultado de pesquisa científica de mestrado, o livro destaca a importância do letramento literário e étnico-racial reconhecendo e valorizando as sociodiversidades indígenas, através do enfrentamento dos estereótipos, preconceitos e racismos que ainda persistem nos materiais didáticos e literários. Além de guiar escolhas literárias, esta obra convida os professores a romperem com práticas coloniais e a abraçarem narrativas que reflitam as riquezas das histórias e culturas indígenas. Um convite à transformação e ao reconhecimento da pluralidade que compõe as identidades brasileiras.

IGP
Editora

